



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



DESAFORAMENTO Nº 0197829-2  
COMARCA: Vara Única de Lagoa dos Gatos  
REQUERENTE: Christiano Ramos Carvalho  
REQUERIDO: Ministério Público  
RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
REVISORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira  
PROCURADORA: Dra. Eleonora de Souza Luna

155

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DESAFORAMENTO REQUERIDO PELO ACUSADO. DÚVIDAS QUANTO À IMPARCIALIDADE DOS JURADOS E SEGURANÇA PESSOAL DO RÉU. INOCORRÊNCIA.

I – Não restaram demonstradas as alegações da Defesa do Acusado. As informações da Juíza Presidente sugerem tranquilidade e segurança para a realização do Julgamento.

II - Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **DESAFORAMENTO** nº 0197829-2, no qual figuram as partes retronominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **negar provimento** ao pedido, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE de 27 de janeiro de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



56

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
Terceira Câmara Criminal

**DESAFORAMENTO Nº 0197829-2**

**COMARCA:** Vara Única de Lagoa dos Gatos  
**REQUERENTE:** Christiano Ramos Carvalho  
**REQUERIDO:** Ministério Público  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**REVISORA:** Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**PROCURADORA:** Dra. Eleonora de Souza Luna

153

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido de **desaforamento** (fls. 02/10) nos autos da ação penal nº 429.2008.000067-4 requerido por **CHRISTIANO RAMOS CARVALHO**, alegando em seu arrazoado interesse da ordem pública com fundamento na existência de dúvidas quanto à imparcialidade do júri e segurança pessoal do réu, pleiteando ainda nos termos do art. 427 do CPP o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de **Lagoa dos Gatos** para a Comarca do **Recife – PE**.

O Ministério Público de 1º Grau se posicionou desfavorável ao pedido, aduzindo que os argumentos apresentados pela Defesa mostraram-se vagos, sem indicação de fatos concretos que apontem para a necessidade de desaforar o Júri (fls. 30/31).

O Juiz da Vara Única da Comarca de Lagoa dos Gatos prestou informações às fls. 33/34, afirmando que a sessão do Júri do dia 14.09.2009 transcorreu normalmente, tendo sido interrompida **unicamente** em razão da falta de fornecimento de energia elétrica que atingiu parcialmente a cidade e não apenas o prédio do Fórum. Disse ainda que a sessão redesignada para o dia 22.09.2009 só não ocorreu em virtude do não comparecimento do advogado do réu e que o acusado compareceu devidamente escoltado, sem que tenha havido qualquer ocorrência que demonstrasse perigo à sua integridade. Por fim, diz que a família da vítima exerce influência na cidade e que, por medida de cautela, ante as alegadas ameaças informadas pelo advogado contra a sua pessoa e a do réu, entende por oportuno o desaforamento pleiteado pela Defesa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

57  
157

A Procuradora de Justiça, Dra. Eleonora de Souza Luna  
ofertou Parecer (fls. 51/53) opinando pelo indeferimento do desaforamento.

É o relatório.

À douta Revisão.

Recife/PE, 12 de 01 de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
Terceira Câmara Criminal



**DESAFORAMENTO Nº 0197829-2**

**COMARCA:** Vara Única de Lagoa dos Gatos  
**REQUERENTE:** Christiano Ramos de Carvalho  
**REQUERIDO:** Ministério Público  
**RELATOR:** Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
**REVISORA:** Des<sup>a</sup>. Alderita Ramos de Oliveira  
**PROCURADORA:** Dra. Eleonora de Souza Luna

**VOTO DO RELATOR**

**CHRISTIANO RAMOS CARVALHO** formulou pedido de **desaforamento** (fls. 02/10) nos autos da ação penal nº 429.2008.000067-4, alegando em seu arrazoado interesse da ordem pública com fundamento na existência de dúvidas quanto à imparcialidade do júri e segurança pessoal do réu, pleiteando ainda nos termos do art. 427 do CPP o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de **Lagoa dos Gatos** para a Comarca do **Recife – PE**.

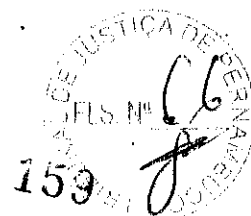
Segundo a Denúncia (fls. 11/13), o Requerente **CHRISTIANO RAMOS CARVALHO** no dia 28.02.2008, por volta das 6h50min, em terras do Sítio Cafundó, Zona Rural, Lagoa dos Gatos-PE, em concurso com terceiro ainda não identificado, utilizando-se de arma de fogo, causou a morte da vítima **ERALDO GOMES DA SILVA**.

A vítima, juntamente com sua irmã **MARIA JOSÉ GOMES PACIÊNCIA** e a pessoa de nome **JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA**, dirigiram-se do Distrito de Lagoa dos Gatos para a propriedade da vítima no Sítio Cafundó. Em dado momento, a vítima foi surpreendida pelo acusado e um terceiro não identificado, que vinham numa moto em sentido contrário.

O acusado se encontrava na “garupa” da moto, enquanto o terceiro vinha conduzindo o mencionado veículo, estando ambos de capacete. A motocicleta parou na frente das vítimas, tendo o réu descido, sacado uma arma e disparado em direção da vítima, não tendo acertado a mesma. A vítima diante de tal fato saiu correndo, tendo sido perseguida pelo acusado que continuou atirando. Imediatamente o condutor da moto,



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



terceiro ainda não identificado, desceu da moto, já sacando a arma, passando a disparar também em direção da vítima.

A vítima conseguiu ainda transpor uma ladeira, seguida de perto pelo acusado e seu comparsa, tendo, no entanto, sido atingida por vários disparos que a levaram à morte.

Fundamenta a Defesa do Requerente o seu pedido de desaforamento na imparcialidade dos jurados e segurança do réu, alegando que *"a juíza presidente dissolveu o conselho de sentença em face da falta de condições de terminar o julgamento em plenário, quando se verificou que **fatos estranhos estavam acontecendo em volta do fórum local provocados pelos familiares da vítima**"*. (fls. 09). (grifos originais).

Aduz que existem rumores de ameaças de morte contra o Requerente e seu Advogado e que familiares da vítima, por terem influência na cidade, estariam pressionando os jurados listados a participarem como membros do Conselho de Sentença a votar pela condenação do réu. Acrescenta que os familiares da vítima passaram todo o tempo da sessão de julgamento encarando o defensor e o réu.

E ainda, que na data marcada para o julgamento do acusado, a energia elétrica que serve o prédio do fórum cessou o seu fornecimento, retornando apenas quando a Juíza Presidente suspendeu a Sessão. Que no período em que o Fórum permaneceu sem energia vários carros ficaram rodeando o prédio (fls. 02/10).

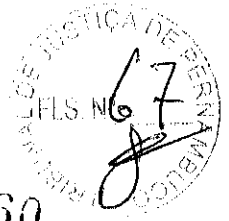
Por fim, requer o desaforamento do Júri para o Recife, por entender que em comarca menores não cessaria possível influência da família da vítima.

De acordo com o art. 427 do CPP, o desaforamento poderá ser realizado sempre que houver interesse da ordem pública, comprometimento da imparcialidade dos jurados ou dúvida sobre a segurança do acusado.

A garantia da imparcialidade do julgamento é princípio basilar do Estado Democrático de Direito, de modo que havendo dúvidas quanto à imparcialidade dos jurados, deve ser alterada a regra de competência prevista no art. 70 do CPP e deslocado o Júri para a Comarca mais próxima onde tenha cessado a causa determinante do desaforamento. De igual modo, se houver comprometimento da segurança pessoal do réu.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



160

No caso concreto presente, verifico que inexistem as hipóteses previstas no art. 427, do CPP.

Pelas informações da Juíza Presidente (fls. 33/34), vê-se que não prospera as alegações da Defesa. Afirmou a douta Magistrada que a **sessão do Júri do dia 14.09.2009 transcorreu normalmente**, tendo sido interrompida **unicamente** em razão da falta de fornecimento de energia elétrica que atingiu parcialmente a cidade e não apenas o prédio do Fórum, vez que não havia condições de se concluir o julgamento ante a falta de luminosidade. Diz também **não** ter chegado ao seu conhecimento qualquer informação relativa à mencionada ocorrência de fatos estranhos ao redor do Fórum.

Notícia que a **sessão redesignada para o dia 22.09.2009 só não ocorreu em virtude do não comparecimento do advogado do réu** e que, por outro lado, o acusado compareceu devidamente escoltado, **sem que tenha havido qualquer ocorrência que demonstrasse perigo à sua integridade.**

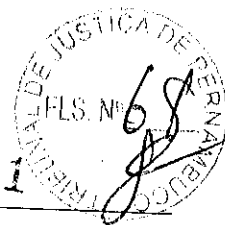
Afirma que a família da vítima exerce influência política na Comarca, tanto que o sobrinho da vítima já foi vice-prefeito do Município na gestão de 2004/2008 e candidato a prefeito no último pleito, sem que tenha logrado êxito e que há indícios de envolvimento de familiares da vítima (e mesmo desta enquanto em vida) em fatos delituosos, entretanto, diz a referida magistrada que, embora no dia 14.09.2009 estivessem presentes à sessão de julgamento vários familiares da vítima, **não tomou conhecimento de fato concreto que demonstrasse intranquilidade ou insegurança para a realização do Júri ou quanto à alegada pressão que os vinte e cinco jurados poderiam estar sofrendo de familiares da vítima.**

Quanto às alegadas ameaças sofridas pelo Defensor do acusado, informa a Juíza Presidente que o Advogado, durante os debates em Plenário, na sessão do dia 14.09.2009, iniciou a defesa do réu noticiando a respeito de ameaças que teria sofrido, **mas que não o impediriam de realizar o Júri.** Inclusive, não declinou de quem, quando, nem como sofreu ditas ameaças. Explica que tal referência do Defensor não ficou registrada nos autos porque não houve pedido nesse sentido.

O pedido de desaforamento é medida excepcionalíssima e, para que seja deferido, deve-se verificar a comprovação dos requisitos previstos no art. 427, do CPP. Assim, não bastam meras suposições ou alegações vagas a respeito da dúvida sobre a imparcialidade dos jurados



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



ou risco à segurança pessoal do acusado, sem qualquer base em fatos concretos. Esse tem sido o entendimento deste Tribunal de Justiça:

**PROCESSUAL PENAL. DESAFORAMENTO. PEDIDO EMBASADO EM MERAS SUPOSIÇÕES. INDEFERIMENTO.**

I - O deferimento do pedido de «desaforamento» exige a comprovação de fato concreto de qualquer das hipóteses elencadas no art. 424, do Código de Processo Penal.

II - Pedido indeferido. Decisão unânime. (TJPE, 3ª Cam. Crim. Desaforamento 168583-6, Rel. Des. Alderita Ramos de Oliveira, Julg. 27/01/2009).

**PROCESSUAL PENAL. DESAFORAMENTO. EXCEPCIONALIDADE DA MEDIDA. ALEGAÇÃO DE PARCIALIDADE DOS JURADOS E DE RISCO À SEGURANÇA DO RÉU. NÃO COMPROVAÇÃO. MERAS SUPOSIÇÕES NÃO JUSTIFICAM O AFASTAMENTO DO JUÍZO NATURAL. INDEFERIMENTO.**

I - Para o deferimento do pedido de «desaforamento» exige-se a comprovação de qualquer das hipóteses elencadas no art. 424, do Código de Processo Penal, o que não ocorreu.

II - A alegação de parcialidade dos jurados em face da influência política dos envolvidos ou mesmo o risco à segurança do réu não foram comprovadas.

III - Pedido indeferido. Decisão unânime. (TJPE, 4ª Cam. Crim. Desaforamento 170676-7, Rel. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção, Julg. 19/09/2008).

Pelo exposto, não vislumbro a ocorrência de motivos que justifiquem o deslocamento excepcional da competência territorial do Tribunal do Júri da Comarca de Lagoa dos Gatos para outra mais próxima.

É como voto.

Recife/PE, 27 de junho de 2010.

Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**DESAFORAMENTO Nº 0197829-2**

COMARCA : Lagoa dos Gatos – Vara Única  
REQUERENTE : Christiano Ramos de Carvalho  
REQUERIDO : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
PROCURADORA : Dra. Eleonora de Souza Luna  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
REVISORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira

**VOTO DE REVISÃO**

A defesa de **Christiano Ramos de Carvalho** formulou pedido de desaforamento (fls. 02/10) relativamente à ação penal nº 429.2008.000067-4 a que responde o acusado, sob a alegação de dúvida acerca da imparcialidade do Conselho de Sentença e a segurança pessoal do acusado e seu defensor, vez que estes vêm sofrendo ameaças de morte pelos familiares da vítima e que existem rumores de que os membros do Conselho de Sentença estão sendo pressionados pelos familiares da vítima a votarem pela condenação do acusado.

Notícia, a defesa, ainda, que no dia do julgamento houve paralisação do fornecimento de energia no prédio do Fórum.

Com as razões foram acostados os documentos de fls. 11/19.

Ao se pronunciar (fls. 30/31), o Ministério Público de 1º grau rechaçou os argumentos expendidos pela defesa, pugnando pelo indeferimento do pedido de desaforamento.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, opinou pelo indeferimento do pedido.

Não merece amparo o presente pleito, haja vista não se afeiçoar a qualquer das hipóteses previstas no art. 424<sup>1</sup>, do Código de

<sup>1</sup> Art. 424. Se o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou sobre a segurança pessoal do réu, o Tribunal de Apelação, a requerimento de qualquer das partes ou mediante representação do juiz, e ouvido sempre o procurador-geral, poderá desaforar o julgamento para comarca ou termo próximo, onde não





163



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Processo Penal, uma vez que os fundamentos trazidos à baila na inicial encontram-se desprovidos de comprovação do alegado risco de parcialidade dos jurados e integridade física do acusado e seu patrono, não passando, pois, de meras conjecturas.

A simples alegação da existência de boatos na cidade de que o Corpo de Jurados está sendo pressionado pelos familiares da vítima a votarem pela condenação do acusado não é capaz de fazer desaforar o julgamento do presente feito, ao argumento de possível comprometimento da parcialidade do corpo de Sentença.

Não há nos autos a comprovação de qualquer fato concreto que justifique o desaforamento do julgamento do acusado.

Registre-se que, não é de causar estranheza a paralisação do fornecimento de energia no momento do julgamento, vez que tal paralisação, como informou o juiz processante, atingiu parcialmente a cidade e não apenas o prédio do Fórum.

A despeito de ter o magistrado processante opinado (fls. 33/34) pelo deferimento do pedido somente em razão da influência dos familiares da vítima na cidade, verifico, pela análise dos documentos trazidos aos autos, não se mostrar evidenciada as situações de imparcialidade do corpo de jurados e risco à integridade física do acusado e seu patrono apontadas, de modo a comprometer a imparcialidade do Conselho de Sentença, o que, excepcionalmente, autorizaria o deslocamento do julgamento do acusado do distrito da culpa.

Nessa linha de raciocínio, trago à colação o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

**PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO.**  
**IMPARCIALIDADE DO JÚRI. VÍTIMA QUE FOI O**

subsistam aqueles motivos, após informação do juiz, se a medida não tiver sido solicitada, de ofício, por ele próprio.

**Parágrafo único.** O Tribunal de Apelação poderá ainda, a requerimento do réu ou do Ministério Público, determinar o desaforamento, se o julgamento não se realizar no período de 1 (um) ano, contado do recebimento do libelo, desde que para a demora não haja concorrido o réu ou a defesa.



154



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

VEREADOR MAIS VOTADO. SEGURANÇA PESSOAL DO ACUSADO. AUSÊNCIA DE EVIDÊNCIAS CONCRETAS. DESAFORAMENTO. MEDIDA EXCEPCIONAL. ORDEM DENEGADA.

1. "O réu deve ser julgado, como regra, no local onde, em tese, se consumou o delito a ele imputado, sendo que o desaforamento é medida excepcionalíssima, somente permitida quando comprovada a existência de interesse da ordem pública, de dúvida sobre a imparcialidade do júri, ou, ainda, sobre a segurança pessoal do acusado" (HC 83.966/RJ).
  2. **O pleito de desaforamento deve ser deferido quando motivado objetiva e concretamente, fundado em fatos concretos.**
  3. Não houve a demonstração inequívoca de que o fato de a vítima ter sido o vereador mais votado nas duas últimas eleições municipais pudesse infirmar de forma categórica a imparcialidade dos possíveis jurados, baseando-se a alegação em mera suposição de que a condição pessoal/profissional da vítima seria capaz de ferir o pressuposto da imparcialidade.
  4. Não há nenhuma prova de que o réu estaria sofrendo ameaça a sua incolumidade física, sendo certo que o fato de não haver no fórum auditório específico para a sessão de julgamento do Tribunal do Júri não implica que a segurança do acusado esteja em risco.
  5. Ordem denegada.
- (HC 141.551/GO, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 05/11/2009, Dje 30/11/2009).

Ante o exposto, e em consonância com parecer da d. Procuradoria de Justiça, indefiro o pedido de desaforamento.

Recife 27 de janeiro de 2010.

  
Desa. Alderita Ramos de Oliveira – Revisora